

Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3481/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Raimundo Campará Gomes, natural de Caió, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 31 de Agosto de 1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3482/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Isabel Soares Pinto, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 5 de Agosto de 1957, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3483/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Joana Lopes, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 7 de Fevereiro de 1942, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3484/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Dêa Garcia Moreira da Cruz, natural de Nossa Senhora da Graça, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 4 de Janeiro de 1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 6350/2006 (2.ª série):

Ana Catarina Martins Pimenta da Silva Rocha, técnica superior de 1.ª classe do quadro do pessoal de Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, do Ministério da Administração Interna, pessoal técnico superior, a exercer o cargo de chefe de divisão de Vistos, em regime de comissão de serviço — despacho do director-geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 20 de Janeiro de 2006 autorizando a renovação da referida comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho n.º 6351/2006 (2.ª série):

José Pedro Barbosa Berhan da Costa, assessor jurídico principal do quadro do pessoal da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, a

exercer funções no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em regime de requisição — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 30 de Novembro de 2005 e do director-geral dos Recursos Florestais de 16 de Fevereiro de 2006 autorizando a prorrogação da referida requisição, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 6352/2006 (2.ª série):

Lúcia Maria da Cunha Capella, técnica profissional de 1.ª classe do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico, na situação de licença sem vencimento — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 24 de Fevereiro de 2006 autorizando a renovação da referida licença sem vencimento, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 16 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 6353/2006 (2.ª série). — Por despacho do secretário-geral de 17 de Janeiro de 2006:

Daniel Alfredo Rangel, assistente administrativo especialista do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros (pessoal administrativo), colocado no Consulado-Geral de Portugal em Goa — transferido para os serviços internos deste Ministério. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Rectificação n.º 420/2006. — Para os devidos efeitos se rectifica o despacho (extracto) n.º 25 500/2005, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 237, de 13 de Dezembro de 2005, a p. 17 323, pelo que onde se lê «José Carlos Antunes de Araújo e Rêgo, auxiliar de apoio e vigilância do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 21 de Novembro de 2005 nomeando-o mediante reclassificação, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para o exercício efectivo das funções correspondentes à categoria de assistente administrativo.» deve ler-se «José Carlos Antunes de Araújo e Rêgo, auxiliar de apoio e vigilância do quadro de pessoal do Hospital de Santa Cruz — despacho do secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 21 de Novembro de 2005 transferindo-o para o quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mediante reclassificação, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para o exercício efectivo das funções correspondentes à categoria de assistente administrativo.»

2 de Março de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários

Aviso n.º 3485/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 2 de Março de 2006 do director-geral dos Assuntos Comunitários, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto para o preenchimento de dois lugares na categoria de assessor, da carreira técnica superior, de dotação global, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários (DGAC), aprovado pela Portaria n.º 673/96, de 19 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 408/99, de 15 de Outubro.

2 — Lugares e áreas funcionais — nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, foram fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — um lugar para funcionário pertencente ao quadro de pessoal da DGAC habilitado com licenciatura em Filologia Germânica, nas áreas funcionais de cultura, gestão e acompanhamento do intercâmbio e da cooperação com o Colégio da Europa e questões relativas à participação de nacionais portugueses no funcionalismo comunitário;

Quota externa — um lugar vago para funcionário não pertencente ao quadro de pessoal da DGAC habilitado com licenciatura em Direito, para a área funcional de assuntos jurídicos relativa a gestão administrativa, financeira e de recursos humanos.